

# Perscrutando o horizonte histórico do capitalismo

*Eleutério F. S. Prado<sup>1</sup>*

## Introdução

Para Michael Lebowitz o socialismo é ainda uma possibilidade real – figura, portanto, como um modo de organização social que ainda existirá, mas que, por enquanto, apenas existe como antecipação de realidade futura. Ele já o caracteriza, no entanto, por meio de uma tríade de atributos que se implicam mutuamente e que se encontram, por isso, organicamente estruturados:

- A propriedade dos meios de produção tem de ser coletiva e social, ou seja, ela não pode ser nem estatal e nem apenas cooperativista;
- A produção social deve ser organizada pelos próprios trabalhadores enquanto sujeitos autoconscientes, autônomos e livremente associados;
- O processo de produção visa satisfazer as necessidades sociais, pessoais ou coletivas, com base numa sociabilidade que possa ser caracterizada como solidária.

Assim apresentado, esse novo modo de produção constitui-se como negação determinada do modo de produção capitalista. Eis que este último está baseado na propriedade privada dos meios de produção, na produção organizada e comandada pelos representantes do capital e na valorização do valor – não se voltando, portanto, em primeiro lugar, para a produção de valores de uso. Ao contrário, a sua lógica de desenvolvimento está baseada na competição dos capitais e, assim, na exploração sem descanso do ser humano e do ambiente, sendo o seu *télos* objetivo, como ressaltou Marx, a produção pela produção. Em consequência, se esse novo modo de produção puder advir, ele apenas advirá por meio de uma grande ruptura no curso da história. Pois, para vir a existir, ele terá de contrariar a tendência do capitalismo de se reproduzir de modo indefinido, originando-se, contudo, de suas próprias contradições. O problema fica assim apresentado com toda crueza, mas a sua solução, que se afigura como bem difícil – é o que tem mostrado o próprio desenrolar da história –, tarda e parece querer tardar indefinidamente.

Apesar disso, é preciso sondar a possibilidade de um desenlace. Ora, na tradição da crítica da economia política, a transição do capitalismo para o socialismo é pensada a partir das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, as quais se manifestam no desenvolvimento histórico do próprio capitalismo. A seguinte tese de Marx é bem conhecida.

---

<sup>1</sup> Professor da FEA/USP. Correio eletrônico: [eleuter@usp.br](mailto:eleuter@usp.br).  
Blog na internet: <http://eleuterioprado.wordpress.com>.

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então tinham se movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém, então, uma época de revolução social. (Marx, 1978, p. 129-130).

Como se alinham essas duas projeções que concernem ambas ao advento possível de um novo modo de organização da produção e da vida social como todo, que seria não apenas a negação do capitalismo realmente existente, mas também a negação do assim chamado “socialismo real”? A primeira delineia certos traços de um projeto de sociedade que visa a emancipação do gênero humano dos constrangimentos de uma sociabilidade coercitiva e fetichista que se reproduz de modo sistêmico, nem sempre espontâneo, engendrando dramaticamente crises e dilaceramentos; a segunda faz referência às condições históricas ainda em processo de desenvolvimento, as quais apenas engendram a possibilidade de uma transformação. A tensão entre o projeto delineado e as suas condições de possibilidade é evidente. O modo de emergência do novo, ao contrário, se afigura por enquanto como um evento pouco claro.

De início, admite-se aqui que a formulação de Marx tem implicitamente um pressuposto crucial: escrita no século XIX, ela teria como condição de validade estrita a existência de uma carência de desenvolvimento das forças produtivas, de uma insuficiência histórica na dominação da natureza, de uma capacidade de produzir ainda limitada principalmente diante do potencial apresentado pelas revoluções industriais, então, em curso de evolução. Nessas condições, elevar cada vez mais a produtividade do trabalho coincidia com o *télos* de expandir a capacidade de melhor produzir e reproduzir a vida humana e, assim, de humanizar o próprio gênero humano. O desenvolvimento das forças produtivas se afigurava, então, como condição necessária para a emancipação humana.

Ora, no alvorecer do século XXI, sabe-se que a capacidade de suprir as carências materiais do gênero humano se tornou enorme. Sabe-se também, porém, que essa capacidade tem sido empregada de maneira assimétrica, distorcida e mesmo muito perversa: se uma parcela pequena da população mundial, isto é, aquela parte que vive principalmente nos países de capitalismo desenvolvido, tem sido atendida exagerada e superfluamente, uma grande porção, isto é, aquela parte formada pelos “pobres” do

mundo em geral, ainda vive em condições precárias, senão miseráveis. Ademais, também se sabe que as forças produtivas já desenvolvidas têm sido empregadas de um modo extremamente predatório, com enormes devastações da natureza humana e do ambiente natural humanizado; e que, em consequência da louca corrida por um crescimento sempre mais descontrolado, a própria existência do ser humano no planeta Terra está se tornando crescentemente ameaçada. Isto põe a necessidade racional de superar o modo de produção dominante, sem nada dizer, contudo, sobre as condições em que isto possa de fato ocorrer.

Ao citar, no começo do século XXI, a conjectura central de Marx deixa-se no ar uma pergunta óbvia. Após vários séculos de desenvolvimento capitalista, não teriam se realizadas já certas condições objetivas para a superação desse modo de produção? As relações de produção que o caracterizam não estariam entretendo o desenvolvimento da vida humana na face da terra? A questão não é certamente fácil de responder. Entretanto, mesmo sem fazer um estudo muito extenso, é possível descobrir uma tendência que se afigura, olhando certas evidências estatísticas e pensando teoricamente, bem delineada: a perspectiva dos países de capitalismo desenvolvido parece ser a da estagnação prolongada. Mesmo se essa expectativa ainda não pode ser tomada como clara e certa, ela abre uma janela política numa época que se afigura cada vez mais sombria.

Segue-se, assim, uma investigação sobre o tema.

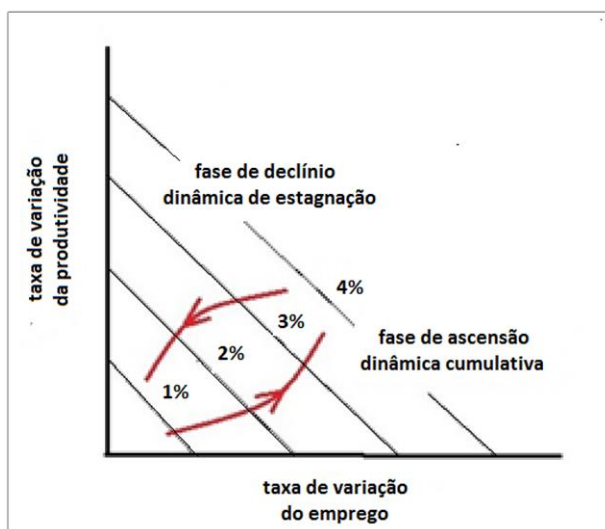
Ao iniciá-la é preciso que se tenha clareza sobre o que se deve esperar, e mesmo exigir, de um possível desenvolvimento econômico no futuro. Sabe-se bem o que o capitalismo propiciou ao longo de sua história por vários séculos: um aprofundamento da dominação da natureza, uma elevação muito acentuada da produtividade do trabalho e uma enorme concentração da riqueza e da renda. Sabe-se, também, que esse processo já entrou no caminho de seu próprio esgotamento, tendo passado de progressivo à regressivo. Eis que trouxe consigo uma crise ecológica que ameaça a própria existência da humanidade, uma precarização das condições de trabalho para enormes contingentes populacionais e, finalmente, um contraste gritante entre uma superabundância para alguns e uma pobreza para muitos outros. Logo, para que o futuro reserve aos seres humanos mais civilização – e não mais barbárie – é preciso que o processo de produção se transforme e se volte para o atendimento das necessidades sociais, coletivas e pessoais, de uma forma ao mesmo tempo serena, equitativa e sustentável.

Para discutir com propriedade a tese de Marx em face do desenvolvimento histórico real, é preciso apresentá-la de uma forma mais concreta. Ora, para que a predição contida na formulação clássica desse autor se mostre válida, a história do modo de produção capitalista deve poder ser dividida numa fase progressiva e numa fase regressiva. Em ambas, ainda que de modo diferenciado, deve se manifestar a natureza dinâmica e fortemente descontrolada desse sistema. Durante a primeira delas, é preciso que se observe uma tendência persistente de elevação tanto da taxa de variação da produtividade do trabalho quanto da taxa de variação do emprego nos setores produtores de valor; e, em consequência, deve se observar também uma elevação concomitante da taxa de variação da quantidade produzida de riqueza material.

Na segunda fase, porém, essa orientação de crescimento deve se inverter: a validade da tese de Marx requer que se observe, então, uma tendência à queda

conjunta dessas três taxas. Assim, mesmo se elas ainda permanecem positivas e parecem poder continuar sendo positivas por algum tempo ainda, elas passam a apresentar uma tendência de declínio. Devem tender a cair, portanto, as taxas de aumento da produtividade, do emprego e do produto ao longo do tempo. O momento da inversão em que a ascensão passa ao movimento de declínio, então, deve ser entendido com aquele em que as relações de produção deixam de funcionar como solturas e se transformam em grilhões das forças produtivas.

Para que essa conjectura fique ainda mais clara, ela pode ainda ser mais bem apresentada por meio de um esquema gráfico (o qual se encontra em sequência). Para compreendê-lo, note-se que a taxa de variação do produto, medido este em unidades de uma cesta representativa da riqueza material, é igual à soma das taxas de variação da produtividade do trabalho e do emprego (sendo este convenientemente medido). Na ilustração que se segue, as fases de ascensão e de declínio acima referidas são mostradas como trajetórias simples e esquemáticas num plano cartesiano cujos eixos são, apropriadamente, as variações anuais da produtividade do trabalho e do emprego.<sup>2</sup> As isolinhas negativamente inclinadas (ângulos de 45 graus) representam as taxas de crescimento do produto. Trata-se de uma representação estilizada que não pretende, evidentemente, reproduzir ponto a ponto a trajetória histórica.



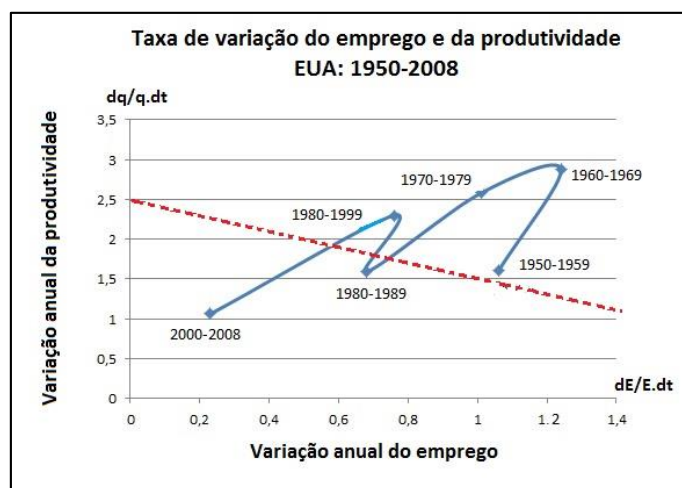
Havendo proposto a questão, agora é preciso buscar uma resposta. Para tanto, na seção que se segue, apresenta-se uma primeira evidência estatística de que há de fato uma tendência à estagnação das economias dos países desenvolvidos. Mostra-se, assim, que a conjectura acima apresentada de modo muito sucinto faz mesmo sentido. E se prepara o terreno para aprofundar a discussão nas duas seções seguintes, as quais compõem o corpo principal do artigo, assim como naquela que o encerra.

<sup>2</sup> Em homenagem ao economista Nicholas Kaldor, a fase ascendente poderia ser denominada de kaldoriana; já a fase descendente, por simetria, poderia ser chamada de anti-kaldoriana. Esse autor, como se sabe, formulou a tese segundo a qual o rápido processo de crescimento e de urbanização observado durante as duas primeiras grandes revoluções industriais era liderado fundamentalmente pela industrialização. Ela e somente ela, segundo ele, era capaz de engendrar um processo de “crescimento cumulativo” já que promovia uma dinâmica global de expansão econômica caracterizada por conter realimentação positiva (Ver, por exemplo, Thirlwall, 1983; Tregenna, 2013).

## Evidência inicial

A disposição da informação sugerida pelo gráfico anterior permite fazer uma breve incursão aos dados estatísticos disponíveis para a economia norte-americana, a qual é usualmente considerada como a fronteira do desenvolvimento capitalista desde o começo do século XX. Contudo, não se apresentarão aqui dados referentes à fase de ascensão iniciada já no final do século XVIII, prosseguida no século XIX e encerrada em meados do século XX, já que eles não se encontram disponíveis com o necessário nível de detalhe e abrangência, em especial para as fases mais antigas. Contudo, mesmo sem tê-los, a trajetória ascendente aí indicada parece plausível frente ao conhecimento tácito acumulado sobre o desempenho histórico da economia norte-americana.

Em face dessa limitação, na figura que se segue, apresentam-se dados da decomposição das taxas de crescimento do produto conjunto dos setores produtores de valor da economia norte-americana.<sup>3</sup> Essas taxas estão apresentadas aí na forma de médias decenais, apenas para o período que se segue ao fim da II Guerra Mundial. A trajetória mostrada, a qual cobre um intervalo de tempo de cerca de 60 anos, indica claramente uma tendência à queda das três taxas que estão sendo aqui examinadas – mesmo se em duas passagens de décadas ocorreram surtos de expansão que contrariaram a tendência geral (um deles, na década dos anos 50 para a década dos anos 60; o outro, na década dos anos 80 para os anos 90). O gráfico da figura é bem sugestivo, mas é preciso examinar outras evidências disponíveis.



<sup>3</sup> A informação usada na construção desse gráfico foi colhida num artigo escrito por dois autores marxistas, Deepankar Basu e Duncan Foley (2011, p. 16), que trata do desempenho da economia norte-americana no pós-guerra. Os dados de produto, de emprego de força de trabalho e de produtividade do trabalho usados referem-se a um conjunto restrito de setores da economia privada norte-americana. Nesse conjunto foram incluídos apenas os setores geradores de valor real, ou seja, os setores de mineração, de agricultura, de construção civil e de manufatura; foram incluídos também alguns setores produtores de serviços; porém, foram excluídos os subsectores de finanças, de seguros e de administração imobiliária. Informações mais detalhadas se encontram no próprio artigo aqui citado.

Com esse objetivo, faz-se aqui uma tentativa de complementar o que foi exposto, examinando duas manifestações interligadas das contradições do capitalismo: a de queda secular da taxa de lucro e a da passagem, já ocorrida, da grande onda de aumento da produtividade do trabalho nos países de capitalismo desenvolvido. Em ambos os casos, a investigação – que contém um elemento conjectural importante – baseia-se em estudos fundados em investigações estatísticas de outros autores. Esses estudos não apresentam um retrato preciso do movimento temporal das variáveis de interesse, mas, sem dúvida, são capazes de indicar grandes tendências históricas. Antes de passar ao miolo da argumentação, é importante indicar de modo melhor por que se deve analisar o comportamento dessas duas variáveis.

Como se sabe desde Marx, a produção capitalista se move com base na contradição entre o processo de valorização e o processo de produção. Por isso, o seu evoluir não ocorre sem que se desenvolva também uma oposição que lhe é interior: a oferta de mercadorias depende da lucratividade e se orienta, assim, pela realização e pela ampliação do valor, enquanto que a demanda efetiva depende da procura solvente por valores de uso, sejam estes de consumo ou de investimento. Ora, a lógica capitalista, visando o lucro, busca sem descanso aumentar a produtividade do trabalho para reduzir os custos na esfera da produção, mas, ao fazê-lo, cria barreiras para o próprio processo de acumulação. Pois, à medida que esse aumento ocorre, surgem tendências complexas para a queda da taxa e mesmo para a diminuição da massa de lucro. Assim, a acumulação solapa as bases da acumulação e isto se revela frequentemente como falta de demanda efetiva. Para ser fiel a esse modo de compreender o modo de produção capitalista, aqui se trata as suas convulsões históricas sempre como crises de superacumulação.

Por outro lado, mesmo se a produção está orientada para a geração de mais e mais valor, o aumento da produtividade do trabalho torna o tempo de trabalho cada vez menos importante na produção de mercadorias. Conforme este diminui progressivamente, cresce ao mesmo tempo a importância da ciência e da tecnologia, mobilizadas durante o tempo de trabalho, na produção de valores de uso. E desse fenômeno resulta – tal como já se procurou esclarecer em outros textos – numa desmedida do valor (Prado, 2013). Assim, mesmo se a regulação da produção pelo trabalho abstrato – e, portanto, a subordinação da realização dos valores de uso à realização dos valores – não desaparece, ela se torna cada vez mais, do ponto de vista qualitativo, uma deformidade histórica. De qualquer modo, com a terceira revolução industrial, ou seja, com a revolução da informática e da comunicação, o capitalismo se transforma em capitalismo pós-grande industrial.

A ampliação do papel da ciência e da tecnologia na produção – e na circulação – das mercadorias tem tido, também, um forte impacto na dinâmica de aumento da produtividade do trabalho. À medida que ocorre o desenvolvimento das forças produtivas, tem se reduzido também a proporção do trabalho rotineiro (que pode ser facilmente automatizado) e do trabalho complicado (o qual não é repetitivo, mas ainda assim pode ser automatizado<sup>4</sup>), em relação ao trabalho na economia capitalista como

---

<sup>4</sup> O trabalho rotineiro tem como características centrais a regularidade e a repetitividade, as quais permitem que possa vir a ser automatizado; já o trabalho complicado, que não é plenamente repetitivo já que enfrenta certas contingências, pode também vir a ser automatizado, desde que essas contingências sejam mapeáveis e que se encontrem respostas padronizadas para elas. De qualquer forma, ambos podem ser descritos por meio de um programa mais ou menos complexo. Explicações

um todo. Ora, isto tem produzido uma diminuição progressiva da possibilidade de elevar a produtividade no futuro e, também, de investir. Eis que a busca do lucro extraordinário é o que estimula a competição entre os capitais particulares.

Entretanto, deve-se qualificar essa última afirmação. É preciso registrar, primeiro, que o incessante incremento bruto das forças produtivas ainda está ocorrendo mesmo nos países desenvolvidos; em segundo lugar, no entanto, é preciso mencionar que ele tem acontecido de um modo bem diferenciado nas diversas atividades produtivas. Em resumo, o aumento continua ainda bem expressivo nos setores industriais tradicionais cada vez menos importantes, mostrando-se tímido nos setores produtores de serviços, os quais passaram a predominar na matriz produtiva do modo de produção capitalista, especialmente nos países desenvolvidos. O resultado dessa transformação estrutural tem sido adverso para o sistema como um todo; os estudos estatísticos disponíveis têm mostrado uma desaceleração expressiva no ritmo de aumento da quantidade de valor de uso por trabalhador empregado nas economias norte-americana, europeia e japonesa – ou seja, nas economias capitalistas maduras mais expressivas.

De qualquer modo, a redução do crescimento possível da produtividade do trabalho soma-se à queda tendencial da taxa de lucro para entrar o evoluir econômico no centro do sistema capitalista. Em consequência, a perspectiva da estagnação assombra o futuro dos países que compõem esse centro e que são usualmente considerados como desenvolvidos. Mas ela abre também a possibilidade do surgimento do novo: eis que aponta também para o advento de um modo de produção pós-capitalista.

## **O evoluir secular da taxa de lucro**

O espectro de uma estagnação prolongada ronda novamente as perspectivas de crescimento da economia capitalista no começo do século XXI. Ora, desde Adam Smith se sabe que a legitimidade política desse sistema depende de sua capacidade de incrementar velozmente a “riqueza universal” e de estendê-la “até as camadas mais baixas do povo” (Smith, 1983, p. 45). Desde o último quartel do século XVIII, mesmo mantendo persistente tendência a concentrar a renda e a riqueza, o capitalismo apresentou – não sem crises – um dinamismo histórico avassalador, o qual foi capaz de justificar a sua aceitação – não sem contestações – por parte de uma grande maioria das pessoas pertencentes a todas as classes sociais, principalmente nas nações em que mais se desenvolveu.

Mesmo sendo um sistema orientado para a valorização do valor – e não para a melhoria do bem-estar das populações –, o capitalismo conseguiu aos trancos e barrancos que esse segundo objetivo fosse sendo alcançado ao longo de seu processo de desenvolvimento, pelo menos para uma parte da população do mundo. A chave de seu sucesso, como também se sabe desde Adam Smith com certeza, foi sempre a extraordinária capacidade de elevar constantemente a produtividade do trabalho. Marx também reconheceu isto com clareza: enquanto existe, o capitalismo produz – e essa, segundo ele, consiste em sua tarefa histórica – um progressivo desenvolvimento

---

mais amplas sobre a relação da automação com o emprego de trabalhadores podem ser encontradas num artigo bem interessante que foi escrito por Frey e Osborne (2013).

da força produtiva do trabalho, o qual necessariamente faz crescer a oferta de bens e serviços disponíveis.

Entretanto, Marx também compreendeu com clareza que esse dinamismo da produção capitalista encontra necessariamente barreiras imanentes, as quais ela procura incessantemente superar. Eis que, porém, a lógica que preside o seu movimento está marcada pelo eterno retorno: “só as supera” – disse ele – “por meios que lhe antepõem novamente essas barreiras e em escala mais poderosa” (Marx, 1983, p. 189). A escrever essas palavras, Marx tinha em mente as crises do capitalismo e, em particular, as crises provocadas pela queda da taxa de lucro: eis que “as crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado” (Marx, 1983, p. 188). Porém, como elas acontecem?

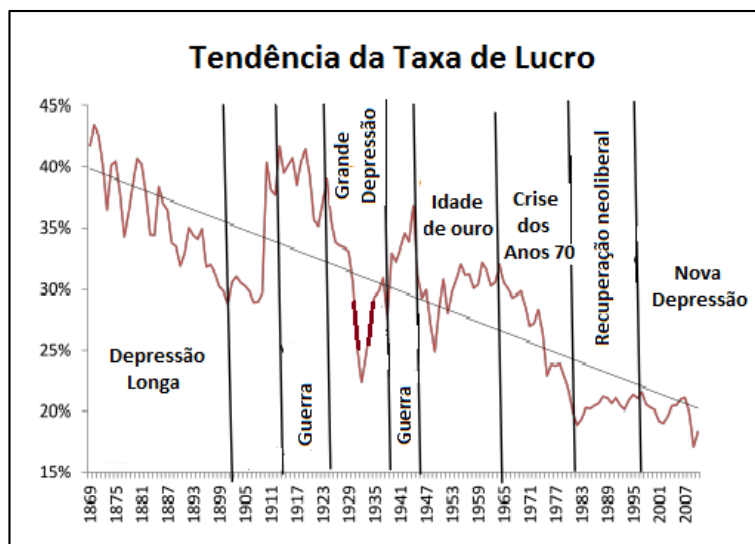
A produção capitalista se move pela incessante busca do lucro no processo da concorrência entre os capitais particulares; para que o sistema se mantenha vibrante, este deve se originar em seu interior de modo contínuo e no maior volume possível. A competição entre os capitais vem a ser uma luta travada por eles para a obtenção de parcelas crescentes de lucro; para tanto, os capitais particulares buscam operar com maior eficiência possível, o que conseguem elevando a produtividade do trabalho que se encontra sob o seu comando. Fazem-no, portanto, introduzindo principalmente tecnologias poupadoras de trabalho, as quais, em conjunto, incrementam também a produtividade média do trabalho social. Assim, configura-se uma tendência secular para o aumento da composição orgânica do capital – ou seja, para o aumento da proporção do capital constante em relação ao capital variável – que redunde, mesmo com a atuação das forças contrariantes, em uma tendência, também secular, para a queda da taxa de lucro. À medida que essa tendência se manifesta, ela vem embotar e mesmo contrariar o próprio processo de acumulação de capital.

A queda da taxa de lucro e o aumento da produtividade do trabalho no longo prazo encontram-se, pois, intimamente ligadas: como diz o próprio Marx, “a tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva do trabalho social” (Marx, 1983, p. 164).

Segundo Michael Roberts, “a predição de Marx tem sido confirmada. A taxa de lucro global tem declinado secularmente” (Roberts, 2014). Para corroborar essa afirmação sobre o desempenho histórico da economia capitalista num período que vai do último quartel do século XIX até o presente, ele apresenta um gráfico da “taxa de lucro mundial”, o qual está aqui reproduzido em sequência<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Este gráfico é aqui tomado como uma evidência válida do comportamento fenomênico da taxa de lucro. Deve-se ver, porém, que essa evidência não foi obtida sem grandes dificuldades de ordem estatística. A fonte original do conjunto de informação empregado para construí-lo foi compilada por Maito (2014). A construção, um amalgama de dados de 14 países, deveu-se à arte do próprio Michael Roberts (2014). As séries originais foram calculadas a partir de uma particular medida da taxa de lucro, ou seja, da simples razão entre os lucros e os estoques de capital fixo. Essa medida de capital empregado na produção capitalista, por dificuldade de cálculo, desconsidera aquelas partes investidas em matérias primas e na massa de salários. De qualquer modo, trata-se de uma evidência válida porque apresenta um resultado que parece bem consistente com o que se conhece da história secular da acumulação de capital, em escala mundial, principalmente com referência aos países em que o capitalismo mais avançou.



Fonte: Roberts (2014).

Se esse gráfico mostra que em alguns períodos a taxa de lucro decresce e que em outros ela cresce acentuadamente, indica também que as quedas predominaram sobre as elevações e que, em consequência, no período como um todo, verificou-se claramente uma tendência secular à queda. De acordo com o que se encontra descrito gráfico, a taxa geral de lucro teria caído pela metade nos últimos 140 anos. Na figura que contém o gráfico estão indicados também os eventos econômicos mais marcantes da história do capitalismo nesse período, ou seja, as grandes expansões e as grandes depressões.

As crises resultam das contradições inerentes a um processo de produção que evolve como acumulação de capital por meio de um acirrado processo de concorrência. A competição de capitais gera inexoravelmente, com desprezo pela natureza das relações sociais capitalistas, o desenvolvimento das forças produtivas, o que reduz a quantidade necessária de trabalho para produzir um dado volume de valores de uso; por outro lado, dada a própria natureza dessas relações, o processo de produção se orienta pela conservação do valor já acumulado como capital e por sua máxima valorização possível. A redução relativa da massa de valor gerado – e, assim, do mais-valor gerado – em relação ao capital acumulado gera a crise. Pois, a queda da taxa de lucro produz a contração sistêmica do investimento e, assim, da demanda efetiva. Segundo Marx, a crise e a recessão resultante não duram para sempre já que engendram um movimento cíclico de recuperação. A solução da crise vem com a própria crise<sup>6</sup>, pois consiste simplesmente na necessária desvalorização do capital acumulado no passado. “A desvalorização periódica do capital existente (...) é um meio imanente ao modo de produção capitalista para conter a queda da taxa de lucro e acelerar a acumulação de valor-capital pela formação de novo capital” (Marx, 1983, p. 188).

Em resumo, para Marx, a dinâmica da acumulação apresenta uma tendência secular que depende do movimento cadente da taxa de lucro e um comportamento de médio prazo em que oscila em torno dessa tendência. A meta da acumulação, como se sabe, é o desenvolvimento infinito. Assim, o céu se lhe afigura como o seu limite, mas

<sup>6</sup> Aqui se faz abstração da atuação possível do Estado capitalista que pode interferir nesse processo modificando o peso e o ritmo da desvalorização.

como ela depende da captura do mais-valor em nível suficiente para remunerar o capital já acumulado, o seu limite real se encontra na própria terra.

Para Marx, portanto, o próprio capital não só põe inexoravelmente barreiras ao seu conveniente desenvolvimento, como também se esforça persistentemente para encontrar os meios de superá-las, com o fim de retomar o processo de acumulação. Não é, porém, o nível atual da taxa de lucro que suscita o surgimento de novos investimentos, os quais são necessários para que a recuperação ocorra. O que verdadeiramente importa é a taxa de lucro que pode ser obtida por meio do investimento em inovações, sejam aquelas que afetam os processos de produção já existentes sejam aquelas que ampliam as possibilidades de produção de mercadorias como um todo. Não há dúvida, portanto, que a adoção de inovações lucrativas é imanente ao próprio movimento da acumulação. Também não há dúvida de que a geração de novas técnicas e novos produtos, ainda que dependa do grau de desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, é requerida e induzida pelo próprio movimento do modo de produção. Porém, as reais possibilidades de criação de inovações aplicáveis e usáveis na produção capitalista têm certa independência em relação ao capital enquanto tal. Ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas depende de condições naturais e sociais que ele tem de tomar, em cada momento, como postas ou como dadas.

A adoção de novas técnicas depende sempre da perspectiva de elevação da lucratividade que possa ser contemplada pela empresa capitalista. As inovações que afetam os produtos se tornam aproveitáveis quando resultam em novas mercadorias que, por sua utilidade, já têm mercado ou este pode ser criado com ajuda do marketing e da propaganda. As inovações de processo têm de trazer uma vantagem competitiva para as empresas que as adotam; aquelas que afetam a produtividade do trabalho, por exemplo, tornam-se viáveis quando propiciam uma redução do capital variável superior ao eventual incremento do capital constante. O gasto adicional com matérias primas, máquinas e equipamentos que economizam trabalho tem de ser menor do que a redução da massa salarial propiciada por seu emprego eventual. Portanto, uma inovação possível, que aumenta a produtividade do trabalho, não será adotada se não for viável economicamente segundo os critérios econômicos inerentes ao modo de produção capitalista.

Neste ponto é preciso ver que a produtividade do trabalho, ao relacionar a quantidade de trabalho empregada e o volume de valores de uso produzido por esse volume de emprego, é apenas a dimensão quantitativa da força produtiva. Pois, a riqueza em valores de uso, isto é, a disponibilidade de bens e serviços necessários à satisfação das necessidades sociais, pessoais e coletivas, vem a ser a sua dimensão qualitativa. Ao capitalismo, como bem se sabe, é inerente a promoção sistemática do aumento da produtividade do trabalho, pois, como sistema, ele está centralmente voltado para a acumulação de capital. Em consequência, promove o aumento da riqueza em valores de uso apenas como um requisito subordinado do processo de valorização do valor e o faz apenas à medida que o incremento de bens e serviços se mostre compatível com essa valorização. E, ao fazê-lo, sacrifica frequentemente a dimensão qualitativa das forças produtivas, além de tender a degradar o próprio ser humano em sua figura existente, ou seja, de trabalhador assalariado. Ao gerar uma abundância de bens de luxo e um consumo excessivo por parte das classes burguesas e aburguesadas, origina também uma carência crônica de bens de subsistência e o

consumo insuficiente por partes de imensas massas de trabalhadores e de destituídos em geral. Em resumo, o capitalismo é incapaz de encontrar a justa medida entre as necessidades humanas e a apropriação da natureza; é incapaz, por isso, de gerar a realização humana e o desenvolvimento sustentável da humanidade como um todo.

De qualquer modo, segundo Marx, por um lado, o capitalismo, enquanto existe, tem como tarefa histórica promover uma elevação substantiva das forças produtivas nas suas dimensões quantitativa e qualitativa, por outro, tem a sua existência justificada apenas durante um período limitado da história da humanidade. Pois, a partir de certo momento de seu próprio desenvolvimento as contradições entre as relações de produção capitalistas e as forças produtivas sociais se manifestam como conflitantes e se tornam abertamente destrutivas. Quando esse momento chega, chega também o momento em que as forças sociais, até então subalternas, veem-se fortemente impelidas a lutar para superar o modo de produção e de dominação capitalista, substituindo-o por uma nova forma de organização social que seja capaz de gerar um desenvolvimento mais equitativo e sustentável da humanidade.

De qualquer modo, conforme cai secularmente a taxa de lucro, o capitalismo parece tender a uma estagnação prolongada<sup>7</sup> já que faltarão cada vez mais os estímulos aos investimentos. Ora, esses estímulos, porém, não dependem apenas da lucratividade da economia capitalista, mas também da disponibilidade de novas tecnologias que elevam a produtividade do trabalho de modo assimétrico entre as unidades de produção, produzindo, por isso, desequilíbrios sistemáticos no sistema econômico como um todo. E essa questão também pode ser investigada com base na história do capitalismo.

## **A onda da produtividade do trabalho**

Focando centralmente na dimensão quantitativa da força produtiva, procura-se mostrar em sequência como e por que a tarefa histórica da relação de capital na promoção do desenvolvimento está se esgotando. Divisa-se essa conclusão notando que a capacidade de aumentar a produtividade do trabalho no país capitalista mais avançado tem declinado acentuadamente a partir dos primeiros anos do pós-guerra. Ademais, antecipa-se que a taxa de aumento dessa variável histórica crucial está tendendo aos níveis característicos das décadas que antecederam a primeira revolução industrial, ou seja, aos anos anteriores ao último quartel do século XVIII. Mostra-se também que a queda observada nas últimas décadas não é episódica, já que possui uma razão de fundo, a qual pode ser encontrada na própria natureza do desenvolvimento das forças produtivas.

Para tanto, parte-se de uma conjectura de Robert Gordon, apresentada em diversos artigos, segundo a qual o crescimento secular da produtividade do trabalho<sup>8</sup>

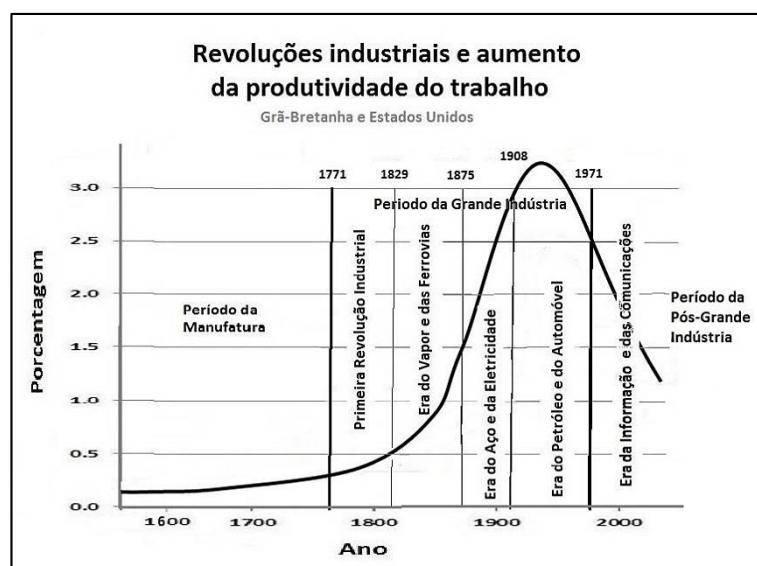
---

<sup>7</sup> Aqui é preciso distinguir entre a recessão, a depressão e a estagnação prolongada. Na primeira, o curso do processo de crescimento é rebaixado apenas temporariamente; na segunda, esse curso é rebaixado em certa medida de modo permanente; na terceira, o crescimento se torna tendencialmente rastejante em torno do nível zero.

<sup>8</sup> Na verdade, como Robert Gordon é um economista neoclássico, ele opera principalmente com a noção de produtividade multifatorial, a qual abrange tanto a influência do “fator trabalho” quanto a do “fator capital” na elevação secular do produto. Como base em seus dados, entretanto, é possível considerar apenas a produtividade do trabalho como variável relevante para a compreensão do evoluir do modo

nos países de fronteira do capitalismo segue o padrão de “uma grande onda” (Gordon, 2000; 2010; 2013). Segundo ele, esse padrão se configura quando se observa os dados de produtividade da economia norte-americana, a partir de 1870. Nota-se, então, que as taxas de crescimento dessa variável são baixas nas últimas décadas do século XIX, que elas se aceleram entre 1928 e 1950, para atingirem um máximo entre 1950 e 1960; daí em diante, elas se desaceleram, apresentando uma tendência declinante que persiste pelas décadas seguintes; mesmo se mostram um ressurgimento passageiro na década de 1980, retornam no fim do período ao desempenho observado outrora, ou seja, entre 1870 e 1891. Supõe-se aqui que esse padrão é válido para as economias desenvolvidas como um todo.

A hipótese de Gordon está representada de modo estilizado na figura abaixo.<sup>9</sup> Entre 1500 e 1875, o perfil da grande onda reflete supostamente os dados do crescimento da produtividade do trabalho na Grã-Bretanha; a partir daí, ele passa a refletir, aproximadamente, os números dos Estados Unidos.<sup>10</sup> Ainda que a figura apresentada no gráfico reflita os dados reais de modo pouco preciso em termos de valores e datas é suficiente para ilustrar os argumentos que se seguem sobre o desempenho histórico do modo de produção capitalista no desenvolvimento quantitativo da força produtiva do trabalho.



Fonte: elaboração própria.

de produção capitalista. O padrão de comportamento que ele enxerga nos dados da produtividade multifatorial também se pode observar nos dados da produtividade do trabalho.

<sup>9</sup> Gordon, em seus estudos publicados nos anos 2000 e 2010, não apresenta as taxas de crescimento da produtividade ano a ano durante o período que vai de 1891 até 2007; diferentemente, ele as apresenta como médias de certos períodos, os quais foram definidos irregularmente. De qualquer forma, eis-los: 1,8 entre 1891 e 1913; 2,0 entre 1913 e 1928; 3,4 entre 1928 e 1950; 2,35 entre 1950 e 1964; 2,33 entre 1964 e 1972; 1,36 entre 1972 e 1979; 1,58 entre 1979 e 1988; 1,45 entre 1988 e 1996; 2,45 entre 1996 e 2007.

<sup>10</sup> Os dados do estudo de 2000 vão apenas até 1996 e os do estudo de 2010 chegam até 2007; um novo estudo foi realizado somente em 2013 e este contém os valores observados até 2011. Nesse terceiro estudo da elevação da produtividade do trabalho nos Estados Unidos encontram-se os seguintes dados: 2,82 entre 1948 e 1972; 1,55 entre 1972 e 1996; 2,90 entre 1996 e 2004; 1,59 entre 2004 e 2011.

Na mesma figura que contém o gráfico da “grande onda”, traçaram-se linhas verticais que indicam o ponto de partida das cinco ondadas de transformações tecnológicas, as quais, segundo Carlota Perez, marcaram significativamente o desenvolvimento do capitalismo durante os últimos três séculos. As datas que marcam o início dessas ondadas (1771, 1829, 1875, 1908 e 1971), conforme explica essa autora, indicam o momento em que foram introduzidas as tecnologias mais emblemáticas caracterizadoras de cada uma dessas revoluções tecnológicas (Perez, 2011, p. 104). Como se sabe, o capitalismo a partir de meados do século XVIII assume o caráter de capitalismo industrial propriamente dito. E ele foi estudado exhaustivamente na perspectiva das revoluções tecnológicas por diversos autores, como Perez, que se inserem na tradição schumpeteriana.

Na tradição iniciada por Marx, a era do capitalismo como um todo – que vai do século XVI ao presente – costuma ser subdividida em períodos sob o critério da forma predominante de subsunção do trabalho ao capital. O período da manufatura é aquele em que ocorre a transformação da pequena produção artesanal em produção complexamente organizada por meio da divisão do trabalho. O período da grande indústria, que se caracteriza pela produção arranjada com base em sistemas de máquinas “burras”,<sup>11</sup> engloba a primeira revolução industrial e as eras do vapor e das ferroviárias, do aço e da eletricidade, assim como do petróleo e do automóvel. O período da pós-grande indústria é aquele em que a produção se organiza com base em máquinas “inteligentes”, ou seja, máquinas construídas com a tecnologia microeletrônica e que, por isso, são capazes de dar suporte a amplos e complexos sistemas de informação e comunicação. No período da manufatura a subsunção do trabalho ao capital é predominantemente formal, mas a partir do segundo ela se torna real; é predominantemente material no período da grande indústria e se torna predominantemente intelectual no período da pós-grande indústria (Prado, 2005).

Segundo a tradição de análise do crescimento iniciada por Joseph Schumpeter, as revoluções tecnológicas se configuram como ondas sucessivas que exercem um efeito catraca na evolução econômica em geral e, em particular, na evolução da produtividade do trabalho. São processos de “destruição criativa” em que se criam novos insumos, produtos e indústrias, os quais se tornam dependentes de novas fontes de energia, infraestruturas e mesmo de novas instituições. Segundo essa tradição, essas ondadas sucessivas de crescimento caracterizam os tempos modernos, afigurando-se como um movimento que parece não ter fim. Não é essa, no entanto, a perspectiva aqui acolhida.

Pois, segundo Gordon, esse movimento como um todo, que se iniciou na segunda metade do século XVIII, que continuou firme por cerca de dois séculos e que ainda se manifesta – de maneira mais fraca – na atualidade, não pode ser tomado como permanente; o crescimento econômico acelerado, conforme diz, não pode durar para sempre, devendo, por isso, ser encarado como um episódio único na história humana. A sua conjectura se configura de modo mais específico quando constata que a terceira revolução industrial, caracterizada aqui como era da informática e da

---

<sup>11</sup> Pode-se em pensar numa hierarquia de máquinas dividindo-as segundo a sua capacidade operacional. A engenharia distingue as máquinas manuais, as máquinas automáticas não programáveis e as máquinas automáticas programáveis. As máquinas programáveis podem funcionar a partir de instruções dadas diretamente pelo operador ou por um computador digital. Apenas nesse segundo caso, elas são chamadas de máquinas inteligentes.

comunicação, não teve o mesmo impacto no crescimento que a segunda revolução industrial, assinalada pela sequência da era do aço e da eletricidade e da era do petróleo e do automóvel. É bem notório que as taxas de aumento da produtividade do trabalho reduziram-se expressivamente depois dos anos 70 nos Estados Unidos. Prevê, em consequência, o esgotamento progressivo da expansão econômica em ritmo elevado na história da humanidade. Enxerga já, ademais, os seus sinais no desempenho atual do sistema econômico dos países desenvolvidos, em particular e com ênfase, no desempenho recente da economia norte-americana.<sup>12</sup>

Esse autor tem estudado sistematicamente o evoluir da produtividade do trabalho<sup>13</sup> na economia norte-americana, principalmente no pós-guerra (Gordon, 2013). Em sua investigação, notou que não tem ocorrido uma queda significativa na taxa de crescimento da razão produto/trabalho no setor industrial propriamente dito; ao contrário, ele menciona mesmo que sobreveio certa “explosão” nessa taxa entre 1996 e 2004, a qual se deveu ao impacto das inovações trazidas pela terceira revolução tecnológica. Mas o efeito agregado de tal “explosão” tem sido restrito já que a participação do setor industrial na economia norte-americana caiu dramaticamente a partir de 1950; passou de 30 por cento ao ano nessa data para no máximo 10 por cento ao ano, em 2012. Quando considera os outros 90 por cento da economia, observa resultados bem mais medíocres: “o aumento da produtividade do trabalho caiu de 2,95 por cento ao ano entre 1948 e 1972 para 1,29 por cento ao ano entre 1972 e 1996; após uma breve retomada para 2,63 por cento ao ano no período entre 1996 e 2004, o crescimento da produtividade declinou novamente, agora para 1,47, nos últimos oito anos” (Gordon, 2013, p. 13). Nesse sentido, ele aponta que o impacto significativo da revolução da informática e das comunicações durou pouco e se mostrou fraco principalmente nos setores produtores de serviços, os quais passaram a dominar a economia norte-americana nas últimas décadas do século XX e no começo do século XXI. Nesse sentido, a desindustrialização se mostrou fatal na redução do crescimento da produtividade do trabalho da economia norte-americana como um todo.

Gordon analisa apenas as tendências empíricas, isto é, o modo aparente como se reproduz o sistema econômico e, assim, em particular, como aumenta a produtividade do trabalho ao longo do tempo; ele não examina o modo como ocorrem efetivamente os processos laborais de produção e, assim, as condições em que se replicam e se desenvolvem as relações de produção capitalistas no interior das unidades de produção. Para entender a evolução do modo de produção capitalista e, em particular, o evoluir da produtividade do trabalho, é essencial estudar a forma como se dá a subsunção do trabalho ao capital em cada momento histórico. É por essa razão que aqui se distinguiram previamente os períodos da manufatura, da grande indústria e da pós-grande indústria na temporalidade secular do modo de produção capitalista.

---

<sup>12</sup> Uma discussão bem mais extensa e mais elaborada das teses de Robert Gordon encontra-se em Prado (2014). Nesse estudo, considerou-se apenas a possibilidade de automatizar as atividades rotineiras; no presente escrito, tomou-se ciência da possibilidade de automatizar também certas atividades complicadas, as quais, rigorosamente, não são meramente repetitivas e rotineiras. Uma exposição extensa dessa nova possibilidade foi feita por Brynjolfsson e McAfee (2014).

<sup>13</sup> Na verdade, como economista neoclássico, Gordon trata o trabalho e o capital como fatores de produção e, por isso, privilegia a produtividade multifatorial em suas análises.

Como se busca elevar a produtividade do trabalho em cada um desses modos de produzir que apareceram sucessivamente no desenvolvimento do modo de produção capitalista? Uma resposta mais completa para essa pergunta encontra-se num artigo escrito anteriormente (Prado, 2014); aqui, faz-se apenas um resumo das teses aí sustentadas e que se apoiam fortemente nos capítulos do volume primeiro de *O capital* que tratam da temática em consideração.

Como se sabe, a base dessa elevação é sempre a cooperação cuja primeira figura histórica é a cooperação simples. Já os três modos acima referidos caracterizam-se pela cooperação complexa; para compreendê-los, pois, é preciso elucidar como se organizam as atividades produtivas em cada um deles.

A manufatura se diferencia pela divisão minuciosa do trabalho nas unidades de produção, pela transformação das atividades laborais em rotinas e pela combinação dessas atividades num organismo de produção que funciona sob o comando do capitalista. Os trabalhadores mantêm ainda, entretanto, algum controle sobre os processos de trabalho. O segundo modo mencionado, isto é, a grande indústria se distingue pela substituição do trabalho já transformado em rotina, especialmente enquanto trabalho manual que opera com ferramentas, em operação de máquinas “burras”; assim, as unidades de produção se transformam, conforme a caracterização aceita por Marx, em grandes autômatos. Os saberes científicos, tecnológicos e administrativos necessários para criar e operar esses autômatos são dominados por corpos gerenciais que dão suporte à relação de capital e que, por isso, funcionam como capitalistas.

Já o terceiro modo, isto é, a pós-grande indústria está marcado pela possibilidade de substituir parte do trabalho intelectual que se desenvolve nas unidades de produção em geral por operações de computadores. Mediante o seu uso, automatizam-se então não apenas os processos de transmissão de informação e de comunicação nas empresas e entre elas, mas também, criam-se máquinas operatrizes altamente precisas e eficientes, as quais possuem sensores sofisticados e são guiadas por complexos programas capazes de interagir com os objetos manipulados e as suas condições ambientais. Os robôs em geral têm se mostrado capazes de substituir não só trabalho rotineiro, mas também o trabalho complicado que enfrenta contingências, desde que tais eventos possíveis requeiram apenas respostas padronizadas.<sup>14</sup>

De qualquer maneira, tem se tornado possível acoplar algoritmos altamente complexos em dispositivos atuadores em geral, sejam estes móveis ou manipuladores, capazes de funcionar de modo pré-definido ou mesmo por meio de aprendizagem própria. Ora, as máquinas “inteligentes” assim criadas se tornam capazes, em princípio, de eliminar todo o trabalho programável necessário ao funcionamento das unidades de produção em todos os setores do sistema capitalista. Conforme se reduz e vai desaparecendo o trabalho que pode ser classificado como meramente mecânico

---

<sup>14</sup> Um exemplo tem sido muito utilizado na literatura. Até recentemente se julgava que a direção de veículos no trânsito era uma tarefa impossível de ser automatizada, já que ela não é rotineira; como se sabe, a atividade de direção enfrenta inevitavelmente muitos “imprevistos”. Nesse sentido, portanto, cada viagem é uma nova viagem. No entanto, veículos totalmente automatizados têm sido construídos em caráter experimental e eles têm sido muito bem sucedidos. A razão desse sucesso se deve a um avanço da computação na área da inteligência artificial e no emprego de grande volume de dados (big data); eis que se tornou possível recentemente construir programas que incorporam respostas padronizadas para todos os eventos passíveis de ocorrência em situações consideradas “normais”, tais como aquelas enfrentadas usualmente numa viagem de automóvel.

(em sentido amplo), aumenta certamente a produtividade, mas esse impulso economizador de trabalho também tem limites. Pois, nem todo trabalho humano pode ser expresso por meio de um programa, por mais sofisticado que ele seja. Autores que investigaram o assunto mencionam que há ainda tarefas no campo da percepção e da manipulação, da inteligência criativa e da inteligência social que não parecem poder ser feitas por meio de máquinas programáveis (Frey e Osborne, 2013).

O emprego de máquinas “inteligentes” nas atividades produtivas em geral, por um lado, requer a requalificação de antigas ocupações e o aparecimento de novas profissões tecnicamente sofisticadas. A redução do trabalho rotineiro faz crescer, ao mesmo tempo e em certa medida, um trabalho mais qualificado que requer não apenas mais educação formal e informal como também o emprego de inteligência estética, emocional e/ou criativa, ou seja, de qualidades tipicamente humanas. Assim, no desenvolvimento do capitalismo, tem se expandido na trama da divisão social do trabalho as atividades que, rigorosamente, não podem ser substituídas por máquinas. E essa expansão tem vindo junto com o crescimento relativo dos serviços e isto tem sido observado principalmente nas sociedades em que o capitalismo já avançou e, em especial, naquelas em que avançou fortemente. Ademais, também se sabe que tem se mostrado muito difícil substituir o trabalho humano em um conjunto expressivo de atividades tradicionais, as quais, mesmo sendo tecnicamente simples, requerem atributos que as máquinas não possuem e não podem possuir.

Ademais, é preciso notar que o esforço capitalista para aumentar a produtividade em certas atividades sensíveis, tais como, por exemplo, nas da área médica, tem provocado não a elevação, mas redução qualitativa da força produtiva. É bem duvidoso, aliás, que seja desejável substituir em geral o atendimento de pessoas por meio de pessoas por atendimento de pessoas por meio de máquinas, em quaisquer esferas da sociedade. A busca pela elevação da produtividade em certos campos da vida social, um desiderato que o capitalismo não pode abandonar, pode produzir mal-estar – e não bem-estar, como crê o pensamento burguês ordinário. Pois é preciso ver que os processos de produção têm sempre dois resultados ressaltáveis: mudam as circunstâncias e, ao fazê-lo, produzem coisas e os próprios seres humanos. Ora, como o critério de eficiência burguês privilegia a produção das coisas como mercadorias, subordinando-a, por isso mesmo, à valorização do valor, ele implica necessariamente o desprezo efetivo da realização humana enquanto tal – ainda que o contrário possa ser sustentado no plano do discurso liberal que visa velar, em última análise, a verdadeira natureza da realidade social capitalista.<sup>15</sup>

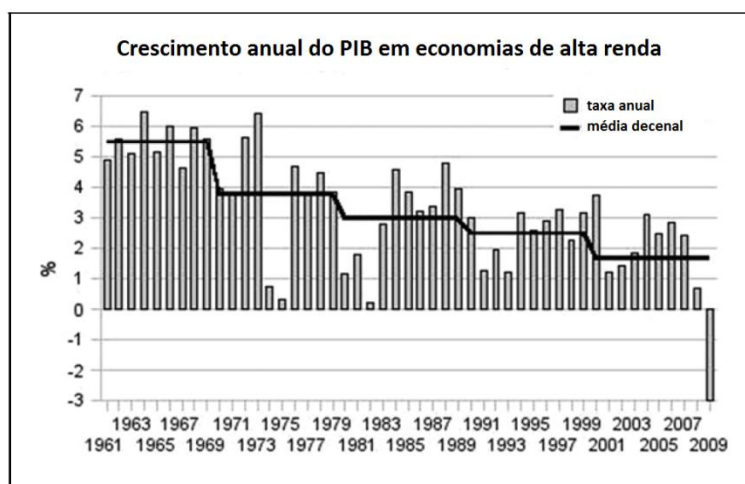
## Conclusão

As duas evidências apresentadas concorrem para a sustentação da conjectura segundo a qual o modo de produção capitalista, pelo menos nos países líderes do processo de acumulação, encontra-se possivelmente numa fase de estagnação prolongada. O crescimento econômico nas nações consideradas desenvolvidas e de alta renda tem-se reduzido década após década desde o início do pós-guerra. O gráfico que aparece em sequência mostra essa evidência com muita clareza.

---

<sup>15</sup> Segundo Lebowitz – e não se pode deixar de concordar com ele sobre isto – uma “noção de ‘eficiência socialista’ deve incorporar explicitamente o efeito nas capacidades humanas de toda e qualquer atividade produtiva” (Lebowitz, 2012).

Apesar de parecer uma afirmação algo insólita, sugere-se aqui, portanto, que o sistema capitalista, pelo menos nos países centrais, parece estar passando a viver o sonho ruim que assustava os melhores economistas clássicos (e liberais) no século XIX.<sup>16</sup> Essa assertiva, porém, não é evidentemente amparada em geral pelos economistas “competentes” que eclodem sem parar no interior das universidades do primeiro mundo e que não se cansam de esconder em formulações matemáticas sofisticadas a pobreza de seu pensamento econômico. Se esse modo de compreender o desenvolvimento capitalista pode soar estranho atualmente, ele é bem compatível com a melhor teoria econômica e, em particular, com a matriz teórica dos economistas clássicos. Recentemente, a questão foi examinada por Durand e Légé; esses dois autores investigaram a possibilidade de explicar essa estagnação prolongada com base nas seguintes três hipóteses: a) superacumulação devida ao aumento extraordinário da competição; b) degradação das condições ambientais da acumulação de capital; e c) aumento do trabalho improdutivo vis-à-vis do trabalho produtivo. Para fazê-lo, encontraram inspiração justamente nas teorias de Smith, Ricardo, Malthus e, particularmente, de Marx.



Fonte: Durand e Légé, 2014.

Aqui é importante mencionar a terceira hipótese considerada por Durand e Légé, a qual adiciona um elemento importante na análise feita. Nesse ponto, eles mencionam que no capitalismo contemporâneo tem ocorrido um crescimento mais do que proporcional, muito expressivo, das atividades improdutivas, ou seja, daquela que não produzem mais-valor para o capital, mas, ao contrário, capturam partes do valor já produzido. Ora, isto tem sido constatado também por outros autores, inclusive por meio de estudos empíricos que reexaminaram certas estatísticas nacionais do ponto de vista da economia clássica, tais como os de Paitaridis e Tsouldifis (2012) e de Mohun (2013). Esses estudos mostraram que o trabalho improdutivo tem crescido em

<sup>16</sup> Pode-se mencionar aqui que Robert Kurz contestou a tese de que o capitalismo estava destinado à prosperidade perpétua já no começo da década dos anos 90. Notou já, então, o caráter supressivo do aumento da produtividade do trabalho: “a máquina da concorrência é ao mesmo tempo emancipação negativa, por alcançar inevitavelmente, mediante o desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas, o ponto de uma ‘abolição do trabalho’, isto é, do trabalho de produção abstrato, repetitivo, somente destinado a ‘criar valores’”. Assim, “a concorrência trabalha, sem saber e sem querer, na destruição de seu próprio fundamento” (Kurz, 1992, p. 80-81).

função de uma inclinação à expansão do setor governo, das atividades produtoras de bens coletivos (educação, saúde etc.), assim como das atividades de circulação (finanças, seguros etc.) no conjunto das atividades econômicas, ao longo das últimas décadas. Como se indicou na introdução, o aumento relativo do trabalho produtivo reduz o mais-valor disponível para a acumulação.

Neste artigo, mais restritamente, examinou-se a possibilidade de explicar essa tendência à estagnação pela queda secular da taxa de lucro e pelo declínio da possibilidade de elevar a produtividade do trabalho no processo da concorrência. Nesse sentido, mostrou-se que esses dois fatores, os quais se encontram interligados, fornecem de fato uma explicação possível para a queda persistente da acumulação de capital, a qual tem sido observada nos países de capitalismo avançado nas últimas décadas. Procurou-se examinar a questão explicitamente a partir da contradição entre as relações de produção e as forças produtivas. Fez-se uma tentativa limitada – e que requer mais investigação – de encontrar evidências históricas que comprovassem a famosa tese de Marx sobre o desenvolvimento das sociedades.

Em resumo, chegou-se à conclusão que se pode dividir a história do capitalismo em dois grandes períodos: uma fase ascendente que vai de meados do século XVIII aos meados do século XX e uma fase declinante que se inicia precisamente após o término da II Grande Guerra, mesmo se as suas duas primeiras décadas e meia vieram a ser chamadas de “idade de ouro”. No período de ascensão, eram relativamente altas as taxas de lucros e as oportunidades de aumento da produtividade do trabalho; já no período de declínio, agravou-se a tendência de queda da taxa de lucro e amainou a fermentação que caracteriza a concorrência dos capitais e que garante dinamismo ao sistema. Está, pois, no momento de voltar a pensar num novo socialismo – em resumo profundamente democrático – não só como uma possibilidade real, mas também como um parto que talvez seja possível fazer acontecer. A grande dificuldade que se antepõe a essa real necessidade é ainda, porém, o imperialismo.

## Referências

- Basu, Deepankar; Foley, Duncan – Dynamics of output and employment in the U. S. economy. In: PERI working papers, nº 248, 2011.
- Brynjolfsson, Erik; McAfee – *The second machine age – work, progress, and prosperity in a time of brilliant technologies*. New York: W. W. Norton & Company, 2014.
- Durand, Cédric; Légré, Philippe – Over-production, rising costs and ‘unproductive’ labor: the relevance of the classic stationary state issue for developed countries. In: Review of Radical Political Economics, vol. 46 (1), p. 35-53, 2014.
- Frey, Benedikt C.; Osborne, Michael A. – The future of employment: how susceptible are jobs to computerization? Oxford Martin School, 2013.
- Gordon, Robert – Interpreting the “one big wave” in the U. S. long-term productivity growth. In: NBER working papers: nº 7752, jun. 2000.
- \_\_\_\_\_ – Revisiting U. S. productivity growth over the past century with a view of the future. In: NBER Working Papers: nº 15834, mar. 2010.

- \_\_\_\_\_ – U. S. productivity growth: the slowdown has returned after a temporary revival. In: *International Productivity Monitor*, nº 25, primavera de 2013.
- Kurz, Robert – *O colapso da modernização – da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- Lebowitz, Michael – *The contradictions of “real” socialism: the conductor and the conducted*. New York: Monthly Review Press, 2012.
- \_\_\_\_\_ – The socialist alternative – Real human development. New York: Monthly Review Press, 2010.
- Maito, Esteban E. – The historical transience of capital. The downwards trend in the rate of profit since XIX century. In: Academia.edu, 2014.
- Marx, Karl – *O capital – Crítica da Economia Política*. Volume III, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_ – Para a crítica da Economia Política (1857). In: *Marx*, Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- Mohum, Simon – Unproductive labor in the U. S. economy 1964-2010. In: *Review of Radical Political Economics*, vol. 46 (3), p. 1-25, 2014.
- Paitaridis, D; Tsoulfidis, L. – The growth of unproductive activities, the rate of profit, and the phase-change of the U. S. economy. In: *Review of Radical Political Economics*, vol. 44 (2), p. 213-33, 2012.
- Perez, Carlota – Grandes ondas de desenvolvimento e formas alternativas de globalização. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política – SEP*, nº 28, fev. 2011, p. 102-144.
- Prado, Eleutério F. S. – Descendo a ladeira: a queda do crescimento nos Estados Unidos. In: *Anais do XIX Encontro Nacional de Economia Política*, Florianópolis, 3 a 6 de junho de 2014.
- \_\_\_\_\_ – Da posição e da deposição histórica do valor. In: *Revista Marx e o Marxismo*, do NIEP, nº 1, 2013.
- \_\_\_\_\_ – Pós-grande indústria e neoliberalismo. In: *Desmedida do valor – Crítica da Pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005, p. 117-137.
- Roberts, Michael – Marxism in London, socialism in Slovenia. In: Blog thenextrecession, July, 17<sup>th</sup>, 2014.
- \_\_\_\_\_ – Productivity, deflation and depression. In: blog thenextrecession, January, 21<sup>th</sup>, 2014.
- Smith, Adam – *A riqueza das nações – Investigação sobre sua natureza e suas causas*. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- Tregenna, Fiona – The specificity of manufacturing in Marx’s economic thought. In: *European Journal for the History of Economic Thought*, vol. 20 (4), 2013.
- Thirlwall, Anthony P. – A plain man’s guide do Kaldor’s growth law. In: *Journal of Post-Keynesian Economics*, vol. 5 (3), 1983, p. 345-358.